

## Policiais são vistos como violentos e vítimas, diz Datafolha

A visão da sociedade brasileira sobre a Polícia Militar é conflitante. Ao mesmo tempo em que 70% da população afirma que os agentes de segurança cometem excessos de violência no exercício da função — parcela que aumenta entre jovens de 16 a 24 anos (75%) —, 64% dos cidadãos acreditam que os policiais são vítimas de criminosos. Os dados são do Datafolha e foram colhidos a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

PM/AC



59% dos entrevistados têm medo da Polícia Militar.  
PM/AC

O estudo ouviu 3.625 brasileiros com mais de 16 anos em 217 municípios de todo o país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Segundo a pesquisa, 53% da população também tem medo de ser vítima de violência da Polícia Civil e 59% teme ser agredida por policiais militares. Assim como os excessos na conduta, o medo de ser vítima dos agentes de segurança também sobe entre os jovens — 60% têm medo da Polícia Civil, e 67%, da Polícia Militar.

Segundo o anuário do FBSP, em 2015, 393 policiais foram assassinados, 16 a menos do que no ano anterior. Os agentes brasileiros morrem mais fora do horário de trabalho do que a serviço da corporação, geralmente em situações de reação a roubo.

Reprodução



53% dos entrevistados têm medo da Polícia Civil.

Foram 103 mortes durante o expediente (alta de 30,4% em relação a 2014) e 290 fora do serviço (queda de 12,1% em relação ao ano anterior). A pesquisa do Datafolha mostra ainda que 63% dos brasileiros acreditam que os policiais não têm boas condições de trabalho. Pouco mais da metade (52%) entende que a Polícia Civil faz um bom trabalho esclarecendo crimes, e 50% crê que a Polícia Militar garante a segurança da população.

Em nota, o Ministério da Justiça e Cidadania afirmou que a proposta do futuro Plano Nacional de Segurança Pública define um "protocolo unificado de atuação e investigação nas hipóteses de mortes de policiais e mortes decorrentes de intervenção policial".

### **Bala de borracha**

Recentemente, a Polícia Militar de São Paulo foi [proibida liminarmente](#) pela Justiça de usar balas de borracha e bombas de efeito moral em manifestações. Também deverão apresentar, em 30 dias, um planejamento para atuação em atos públicos da população. A cautelar foi [cassada](#) pelo TJ-SP após a Procuradoria estadual recorrer.

O primeiro relator do caso, desembargador Ronaldo Andrade, entendeu que o pedido da Defensoria impõe um plano de policiamento de manifestações públicas sem qualquer fundamento “científico ou técnico”. Por isso, não seria possível verificar a veracidade das alegações de abuso em sede de liminar.

Por outro lado, em relação ao Massacre do Carandiru, a Comissão de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) aponta que os policiais militares que haviam sido [condenados tiveram seus direitos humanos violados](#), uma vez que suas condutas não foram individualizadas pela acusação e o comandante da ação que resultou na tragédia foi absolvido.

“A violação de direitos humanos das vítimas do ‘massacre do Carandiru’ não pode justificar a violação aos direitos humanos destas dezenas de policiais militares, na medida em que, subordinados à hierarquia e disciplina militar”, diz o grupo.

### **Autoridade**

Já a Polícia Civil paulista está envolvida, juntamente com a Polícia Federal, no debate sobre o termo

"autoridade". Delegados [querem](#) exclusividade para o uso da palavra. Já os outros agentes [defendem](#) também ter direito a serem considerados como tal. O debate gira em torno da definição que as leis e a Constituição dão para a expressão.

### Polícia Federal



Delegados e agentes das polícias Federal e Civil brigam pelo uso do termo autoridade.  
Polícia Federal

A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), temendo uma concentração de poder nas mãos dos delegados, aponta que as associações de delegados tentaram pelo Judiciário serem consideradas as únicas "autoridades policiais" e que agora as investidas continuam no Legislativo.

Já a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil argumentam que a segmentação tem propósito de preservar o controle das investigações nas mãos da Autoridade de Polícia Judiciária e "não permite interpretação em sentido contrário".

### Sem condenação

Nenhum agente do Estado foi responsabilizado, seja na esfera civil, criminal ou administrativa, [em 105 casos](#) de tortura em presídios brasileiros. As ocorrências, praticadas entre os anos de 2005 e 2016, foram analisadas e acompanhadas pela Pastoral Carcerária Nacional, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

### Wilson Dias/Agência Brasil





---

Casos de tortura em presídios não são punidos, segundo relatório Tortura e Encarceramento em Massa no Brasil.

De acordo com a entidade, o universo de casos de tortura contra encarcerados no Brasil é muito maior que as 105 ocorrências, que foram analisadas pelo estudo. As informações fazem parte do relatório *Tortura e Encarceramento em Massa no Brasil*, feito em 47 municípios de 16 estados e no Distrito Federal. Todos os casos analisados foram denunciados às autoridades pela pastoral.

O relatório mostra também que em apenas 22% dos casos houve instauração de inquérito policial, e em 3% das ocorrências, ação civil pública. “Em 20% dos casos, nenhum procedimento foi instaurado ou informado, o que significa uma ocorrência significativa de negligência ou déficit de transparência por parte das instituições acionadas”, ressalta o documento. *Com informações da Agência Brasil.*

**Date Created**

02/11/2016